

CASO PRÁTICO 04

“Suponha-se o seguinte fato: o ocupante de um importante cargo político na República é visto na saída de um motel, acompanhado de uma senhora que não é sua esposa. Um jornalista que se encontrava na calçada em frente fotografa o casal, ainda sob a placa identificadora do estabelecimento. A foto irá ilustrar a capa de uma importante revista semanal, que circulará no sábado seguinte, trazendo ampla matéria intitulada “A infidelidade no poder”. Tomando conhecimento do fato, a autoridade propõe medida judicial de natureza provisória com o fim de impedir a publicação de sua foto e de referências à sua pessoa, invocando seu direito à privacidade (CF, art. 5º, X) e alegando que: estava em seu carro particular, fora do horário do expediente e que não há qualquer interesse legítimo em divulgar fatos de sua vida pessoal e sexual.”

(extraído da obra “A Nova Interpretação Constitucional: Ponderação, Direitos Fundamentais e Relações Privadas” – autora: Ana Paula de Barcellos e Luís Roberto Barroso, Editora Renovar)

ATIVIDADE:

Em grupos de 03 (três) a 05 (cinco) colegas, analisem a presente situação à luz da principiologia da hermenêutica constitucional processual, respondendo ao seguinte:

- 1) – Indiquem os valores (princípios) que estão em possível rota de “colisão”;
- 2) – Após análise e debate entre os colegas, sugerir, ao final, uma decisão para o caso, em conformidade ao ordenamento jurídico-constitucional vigente.

Atividade realizada em grupos, com sugestão de, no mínimo 15 e, no máximo, 25 linhas. Fundamentar na Constituição Federal brasileira.